

A CONTRIBUIÇÃO
DA MISSÃO
KEMMERER NA
CONFIGURAÇÃO
DOS ESTADOS
LATINO-
AMERICANOS:
O CASO CHILENO
(1930-1940)

[ARTIGO]

Vera Lucia Vieira

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Centro de Estudos de História da América Latina*

Tiago Santos Salgado

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Centro de Estudo de História da América Latina*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Ao término das independências, vários países latino-americanos, imersos em contendas internas e com uma correlação de forças frágeis, representantes dos segmentos dominantes solicitam (ou se veem obrigados) a solicitar, assessoria dos Estados Unidos para organizar a estrutura econômica central do Estado. Tal assessoria veio através da denominada Misión Kemmerer. A missão, chefiada pelo Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor de Economia na Universidade de Princeton constitui-se em uma das mais exitosas missões de toda a América latina. Através de instrumentos técnicos, estabilizou a economia dos países, agradando a praticamente todos os segmentos sociais, auxiliou na inserção de líderes sindicalistas no governo e subordinou o país definitivamente aos Estados Unidos. O objetivo deste artigo é analisar essa missão no Chile a partir da década de 1920 em face à crise do capitalismo que acirrava as contradições socioeconômicas e aos desdobramentos conjunturais que adentram a década de 1930, a partir de documentos que situam o sistema fiscal, monetário, bancário e a dívida contraída com os Estados Unidos.

Palavras-chave: Missão Kemmerer. Economia Dependente. Dívida Pública. Intervenção Norte-Americana.

At the end of independence, several Latin American countries, immersed in the internal agenda and correlation of weak forces, representatives of the dominant sectors request (or are obliged) to solicit, advice from the United States to organize a central state economic organization. This assessment came through the so-called Kemmerer mission. One mission, led by Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor of economics at Princeton University, accomplished one of the most successful missions in all of Latin America. Through technical instruments, it stabilized the economy of the countries, pleased virtually all social segments, assisted in the insertion of union leaders in the government and subordinate in the country reserved for the United States. The objective of this article is to analyze this mission in Chile, from the 1920s, in case of capitalist crisis, as socioeconomic contradictions and conjunctural developments that enter the 1930s, from documents that are located in the fiscal, monetary system, banking and debt contracted with the United States.

Keywords: Kemmerer Mission. Dependent Economy. Public Debt. US intervention.

Tras la independencia de varios países latinoamericanos, inmersos en la agenda interna y la correlación de las fuerzas débiles, los representantes de los sectores dominantes pretendían (o debían) solicitar asesoramiento de los Estados Unidos para organizar una estructura económica central del estado. Este asesoramiento dio lugar a la llamada misión Kemmerer. La misión dirigida por el dr. Edwin Walter Kemmerer, profesor de economía en la Universidad de Princeton, realizó una de las misiones más exitosas de toda América Latina. Desde instrumentos técnicos, estabilizó la economía de los países, complació a prácticamente todos los segmentos sociales, ayudó en la inserción de líderes sindicales en el gobierno y sometió el país a los Estados Unidos. El objetivo de este artículo es analizar esta misión en Chile desde la década de 1920, ante la crisis capitalista que llevó a contradicciones socioeconómicas y repercusiones coyunturales que entran en la década de 1930, a partir de documentos que se encuentran en los sistemas fiscales, monetarios y bancarios, así como la deuda contraída con los Estados Unidos.

Palabras clave: Misión Kemmerer. Economía Dependiente. Deuda pública. Intervención de los Estados Unidos.

Introdução

O processo de independência na América Latina, no concernente às particularidades históricas e sociais de cada país, encetado a partir dos idos de 1810, seguiu, em linhas gerais, uma tônica semelhante e, conforme indica Miguel Arbiol Quezada (2010, p. 31, tradução nossa), optou-se por “uma evolução, pela manutenção geral das condições sociais e econômicas tradicionais, mesmo quando se admitiu uma mudança política, eminentemente ideológica, cosmo-visual ou explicativa”.

Dessa forma, após o processo de emancipação em relação às metrópoles europeias, em sintonia com as tendências ideológicas que marcaram o século XIX, instaurou-se um liberalismo com uma burguesia débil e sem as bases capitalistas que o geraram na Europa, incapaz, portanto, de proceder à sua revolução social, restringindo-se a uma evolução política conservadora, que se processa “pelo alto” (FERNANDES, 1975), com raras inserções de produtores e comerciantes locais. Concomitante a essa predominância, até fins do século XIX observa-se, em vários países, o desenvolvimento da manufatura, uma insipiente industrialização, exportação de matérias-primas e o crescimento do comércio, os quais atraem um fluxo imigratório.

Portanto, percebe-se que o processo de formação e consolidação dos Estados na América Latina responde a uma dinâmica particular. No caso brasileiro, por exemplo, as contradições entre as diferentes elites regionais se resolveram com a instauração de um regime monárquico, que foi baliçado pela autoridade do Imperador sob a

égide do Poder Moderador previsto pela Constituição de 1824, e, no caso de D. Pedro II, de um déspota esclarecido nos trópicos, atuou no sentido de manter estruturas coloniais, preservando os interesses das oligarquias, baseados em grande medida no latifúndio e na mão de obra escrava. Na América Espanhola, o processo se deu de forma diferente, uma vez que as diferenças entre caudilhos resultaram em uma série de revoluções e conflitos armados que fragmentaram o antigo império espanhol na América, que teve como resultado uma série de Repúblicas assoladas pelas disputas internas.

No caso chileno, Eder Sader (1982) aponta para a particularidade do país, uma vez que desde a independência o Estado conseguiu formar uma base social que o conferia certa legitimidade através de uma “república conservadora” liderada, desde 1830, por Diego Portales, que conseguiu formar, a despeito das características oligárquicas das elites locais, uma “estrutura política representativa”, racionalizando politicamente o poder político e econômico (SADER, 1982, p. 76).

O papel do Estado chileno vai se alterar de forma significativa após a Guerra do Pacífico (1879-1883), quando o Chile anexou territórios de Bolívia e Peru ricos em salitre, o que levou a uma corrida por partes das empresas estrangeiras pela exploração da região. Como o Estado não possuía a tecnologia necessária para realizar a exploração, esta foi aberta ao capital estrangeiro, em particular o inglês (SADER, 1982, p. 77). Com a intensificação da industrialização no início do século XX as contradições de classes foram se intensificando, levando ao surgimento e ao fortalecimento de partidos

e sindicatos combativos, que buscavam melhorias nas condições materiais de vida e, em alguns casos, a Revolução Social¹.

Nesse contexto, os Estados Unidos da América (EUA) aparecerem como um dos grandes interessados nas dinâmicas internas dos países latino-americanos, uma vez que, desde o final do período napoleônico se estabelece na região a Doutrina Monroe², que indicava que os EUA buscavam se consolidar como potência hegemônica na região, sendo que a primeira preocupação estadunidense era garantir que as potências europeias estariam fora do continente latino-americano, ao mesmo tempo em que os EUA consolidariam seus interesses comerciais na região (SCHOULTZ, 2000, p. 19).

Assim, os EUA consideram que a América Latina é sua área de influência “natural” no contexto de corrida imperialista que marca a passagem do século XIX para o XX, entendida como fonte segura de matérias-primas e mercado consumidor. Para justificar sua postura imperialista, o Estado estadunidense constrói um discurso de que devem levar o progresso para os países atrasados latino-americanos, atuando de forma “paternalista”.

Os líderes políticos dos EUA obtinham a aquiescência do público alegando em

cada caso específico – nunca como um princípio geral – que as alternativas à dominação pelos EUA, quaisquer que pudessem ser, seriam piores. Os EUA tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do povo inferior que pretendiam dominar (SCHOULTZ, 2000, p. 111).

Os EUA passaram a agir com o intuito de garantir a boa gestão financeira dos países latino-americanos, para que estes não prejudiquem os negócios estrangeiros – principalmente os estadunidenses – na região. É nessa perspectiva que nasce a Diplomacia do Dólar, onde é possível localizar a fusão entre o interesse privado, dos investidores nativos dos EUA e a atuação do Departamento de Estado na formulação da política externa. Portanto, os EUA agiram para manter a estabilidade na América Latina para garantir o retorno e a segurança de seus capitais, já que a Doutrina do Dólar:

embaçava a distinção entre o público-privado a ponto de torná-la irrelevante. Mas – e isto é crucial para a compreensão da Diplomacia do Dólar – cada caso começava com a intervenção do governo dos EUA, após a qual os funcionários do governo intermediavam o arranjo financeiro entre o governo latino-americano que havia sofrido a intervenção e o setor privado dos EUA. Que os banqueiros investiam na “isca” latino-americana não pode ser negado, mas quem estava segurando a “vara de pescar”. A resposta é o Departamento de Estado. Uma compreensão da Diplomacia do Dólar começa, então, com as motivações dos funcionários do governo dos EUA em direção à política externa para a América Latina (SCHOULTZ, 2000, p. 239).

1 O Partido Socialista Obrero é fundado em 1912, transformando-se em 1922 em Partido Comunista Chileno. Já o Partido Socialista é fundado em 1933.

2 Izaura Peghim Merendi (2007) lista as doutrinas da política externa dos EUA desde o século XIX até meados do século XX: Doutrina Monroe (1820-1830), Primeira Conferência Pan-Americana (1889), Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), Diplomacia do Dólar, intervenções regionais de 1900 a 1930 e a Boa Vizinhança (1930 a 1945).

Nessa perspectiva, os EUA passaram a nortear sua política imperialista com o intuito de mediar conflitos internos e externos na América Latina com o objetivo de diminuir a influência europeia e a “auxiliar” os latino-americanos com seus problemas políticos e econômicos.

A consolidação dos EUA como principal potência global se consolida após a Primeira Guerra Mundial, quando seus concorrentes europeus se encontravam destruídos em função do conflito e com a economia em frangalhos. Nesse contexto, os EUA ampliam sua área de influência, antes basicamente restrita à América, para outras regiões do globo, em particular em função do acelerado crescimento econômico que marcou o país nos anos de 1920.

Por outro lado, os países da América Latina também passam por transformações importantes resultantes da Primeira Guerra Mundial, uma vez que se consolidam forças sociais e políticas de cunho nacionalistas que passam a defender uma industrialização através da adoção de uma política de substituição de importações, o que causa um desencontro entre os interesses desses agentes com as oligarquias rurais. Soma-se a este fato a emergência de movimentos operários, que passaram a ter na Revolução Russa um exemplo e uma fonte de inspiração para sua organização, em particular após a fundação dos Partidos Comunistas no continente.

Nesse contexto, imersos em contendas internas e com uma correlação de forças frágeis, representantes dos segmentos dominantes solicitam (ou se veem obrigados a solicitar) assessoria dos EUA para organizar a estrutura central do Estado. Tal assessoria veio através da denominada *Misión Kemmerer*. A missão,

chefiada pelo Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor de Economia na Universidade de Princeton, constitui-se em uma das mais exitosas missões de toda a América Latina, já que, através de instrumentos técnicos, estabilizou a economia dos países (não apenas na América Latina)³, agradando a praticamente todos os segmentos sociais, auxiliou na inserção de líderes sindicalistas no governo e subordinou os países definitivamente aos EUA. Ao término da missão, a dívida dos países com os bancos norte-americanos, assim como o desenvolvimento dos países, passaram a depender totalmente do capital norte-americano.

Entre 1923 e 1931, o Dr. Edwin Walter Kemmerer, [...] remodelou os sistemas monetários, bancários e fiscais na Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Peru, além dos mesmos sistemas na África do Sul, Polônia e China. Com a anterioridade da existência de instituições financeiras internacionais, os governos andinos contrataram por sua conta equipes de assessores vulgarmente chamados de “Money Doctors”. (DRAKE, 2004, p. 31, tradução nossa).

Sarmiento Pava (2004) coloca que, em todos os países da América Latina em que Kemmerer esteve, seu programa de reestruturação do Estado foi totalmente exitoso, sendo que passou a ser conhecido como *the money doctor*:

3 Entre a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, Edwin W. Kemmerer visitou os seguintes países: México (1917), Guatemala (1919, 1924), Colômbia (1923, 1930), Chile (1925), Polônia (1926), Equador (1926-27), Bolívia (1927), China (1929) e Peru (1931). Já Sir Otto Niemeyer neste período participou de missões financeiras na Nova Zelândia (1930), no Brasil (1931) e na Argentina (1933).

Pelo êxito de suas orientações foi chamado de médico internacional das moedas (the money doctor). Em sua autobiografia menciona que em 7 dos 10 países que havia sido assessor se requeria uma “completa revisão de seus sistemas de contabilidade, contas e controle fiscal”. (SARMIENTO PAVAS, 2014, p. 83, tradução nossa).

A missão Kemmerer no Chile

No caso específico do Chile, em que pese o predomínio de uma estrutura política de base social latifundiária e comerciária, conforme enfatiza Eder Sader (1982, p. 76), de 1830-1879 o Estado chileno se consolida com as particularidades que o marcarão até a ditadura bonapartista pinochetiana (1973-1990) (DRAKE, 2004).

Até fins do século XIX observa-se no Chile o desenvolvimento da manufatura, a exportação de minérios e o crescimento do comércio, os quais atraem um forte fluxo imigratório, isto em que pese a grande instabilidade decorrente das três guerras: a primeira contra a Confederação Peru-Bolívia (1836-1839), a segunda contra a Espanha (1865 e 1866) e finalmente a Guerra do Pacífico, também denominada Guerra do Salitre (1879-1883).

Nesse sentido, frente ao avanço das relações sociais capitalistas no país, a função do Estado, da ordenação da coisa pública, vai resultar, gradualmente, de uma articulação entre a burocracia estatal, os empresários e o povo (ALMONACID AGUILA, 1997); tripé

que permite a grande parte da população o acesso a serviços públicos como: saúde, habitação, transporte, educação, previdência, entre outros, mesmo com a existência da condição de pobreza e miserabilidade que afeta a maior parte dos segmentos das classes trabalhadoras. É neste cenário que emergem organizações de trabalhadores em luta por direitos e disputa de espaços políticos. Labarca traça em poucas palavras o perfil da sociedade chilena por volta de 1840.

sem um indício da classe média, sem indústrias vitais, com um comércio desordenado em todos os tempos, as leis serviram para consagrar o costume; aqui, em jejuns da cultura ambiental, os governantes tiveram que aprovar leis para criar costumes. Não foi difícil imitar a legislação mais perfeita de outros povos. O impossível era que eles poderiam ser realizados nessa sociedade, semelhantes às rochas teutônicas, levantadas por um cataclismo revolucionário, e nas quais séculos ainda não depositaram os sedimentos que os transformam em terras cultiváveis. Eles formaram nossos proprietários de terras da classe alta que exploraram suas propriedades através de capatazes e inquilinos (VIEIRA, 2016, p. 172-173, tradução nossa).

Os serviços públicos, nesse sentido, são vistos, como mercadorias, cuja regulação não competia ao Estado, mas ao consumidor. Em áreas fundamentais, como a educacional, por exemplo, a oferta advinha tanto do Estado, quanto da iniciativa privada, quanto de entidades confessionais (ALMONACID AGUILA, 1997). Assim, a lógica da competitividade, inerente ao capitalismo, se punha não apenas entre mercadorias advindas do mesmo setor econômico – industriais,

comerciantes, agricultores, mas também no provimento dos serviços públicos vinculados diretamente à área social.

Nesse sentido, o consumidor – pais, alunos, aposentados, usuários das redes de transporte público, dos serviços de saúde, ou os interessados em empréstimos para a aquisição de casas (populares) – poderia procurar atendimento onde recebessem melhores serviços baseado em uma escolha racional. Percebe-se que nessa situação, a perspectiva de cidadania se encontra esvaziada, o cidadão é antes de tudo um consumidor.

Tais serviços, sendo privados ou públicos, recebiam subsídios e se não fossem bem avaliados, ou seja, ocorrendo pouca procura da população daquela unidade, as verbas recebidas do Estado diminuam. Na particularidade educacional, por exemplo:

A partilha da responsabilidade pela educação entre o Estado e a sociedade na implantação e sustentação das escolas já vinha ocorrendo desde os primórdios da institucionalização do sistema educacional chileno, no século XIX. Esta dinâmica decorrer das necessidades sociais por educação e foi liderada pelos poderes nacionais e locais que, juntamente com diferentes segmentos da comunidade, proviam as condições físicas, materiais, financeiras e institucionais às escolas” (BARAONA apud KRAWCZYK; VIEIRA, 2013, p. 89).

Por outro lado, nos primeiros anos do século XX os trabalhadores chilenos foram conseguindo, através de suas organizações anarquistas, direitos trabalhistas reconhecidos por leis, consolidadas durante o governo de Arturo Alessandri (1920-1924), que foi obrigado a renunciar em 1924 e o poder

político ficou com o general Carlos Ibáñez, chefe do Exército, dando início a uma série de intervenções militares no país. Em março de 1925 Alessandri retoma seu mandato até as eleições que aconteceriam no mesmo ano. Até lá, o governo era tutelado pelos militares, chefiados por Ibáñez.

A consolidação de tais leis, ou seja, da legalização das relações entre capital e trabalho, devem ser entendidas no contexto de formação e articulação das centrais sindicais e movimentos operários que aconteceu por volta de 1910, como a *Federación Obrera de Chile* (FOCH) de caráter nacional (EL MOVIMIENTO..., 2008) e, ao longo da década de 1920. Tal instituição teve sua liderança disputada pelo Partido Democrático, de caráter socialdemocrata, e pelos que defendiam ideais revolucionários, como o Partido Obrero Socialista.

As lutas sociais renderam a promulgação do Código do Trabalho (1925-1931) e, a partir daí, as tendências entre os trabalhadores oscilaram entre os que consideravam que deveriam defender tais leis (como os empregados do setor estatal e das grandes empresas que cumpriam as leis) e os que mantiveram o “discurso classista e revolucionário”, dividindo-se entre três grandes organizações: a FOCH, ligada ao partido comunista, a “CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), de inspiração anarquista e CNS (Confederação Nacional dos Sindicatos), de origem socialista” (EL MOVIMIENTO..., 2008, tradução nossa).

Não por acaso, no ano de 1924, militares chilenos viajam para os Estados Unidos e se articulam com o Departamento de Estado norte-americano, onde organizaram uma missão de especialistas capaz de colocar em

ordem a economia chilena, a semelhança do que já havia acontecido em outros países latino-americanos. As razões de tal articulação, segundo Drake (2004), decorreram, de um lado, da desconfiança interna na capacidade dos próprios chilenos de ordenarem o Estado, particularmente porque muitos deles, embora filhos das famílias mais ricas do país, compunham, agora na política, os intelectuais influenciados pelo liberalismo europeu e pelas ideais de desenvolvimento social e democracia que ali grassavam. Por outro lado, pela pressão norte-americana, pois o Chile era seu principal exportador de minérios. Desde sua chegada àquele país os membros da Missão:

receberam um endosso insensível de todos os setores políticos e sociais. Em algumas ocasiões, multidões nas ruas saudaram o Kremmerer como “o segundo salvador do Chile”. Ninguém se opôs abertamente à Missão, embora muitos banqueiros, grandes proprietários de terras e cidadãos ingleses residentes não estivessem entusiasmados. (EL DIARIO ILUSTRADO, 1925 apud DRAKE, 2004, p. 40, tradução nossa).

Tal apoio não impediu que o governo, subsumido aos militares desde os golpes bonapartistas que ocorreram no país na década de 1920, fizesse questão de demonstrar o apoio das forças armadas à chegada da assessoria norte-americana: “A presença de todo aquele pessoal militar na estação é como um aviso para todo o país de que eles não permitiriam obstruções ao progresso do grande financiador” (LA NACIÓN, 1925 apud DRAKE, 2004, p. 40, tradução nossa).

Tais assessores deram as diretrizes e acompanharam a instauração dos

fundamentos econômicos do Estado chileno, definindo as regras para o funcionamento do sistema financeiro, fiscal, contratual, contábil, normas para exportação e importação e regras contratuais entre o Estado e empresas nacionais e estrangeiras e entre si, muitas das quais integravam as leis pétreas da Constituição.

A Missão Kemmerer, que visitou o país pela primeira vez em 1923, deixou uma marca profunda na estrutura institucional do Estado. Entidades como o Banco da República, a Superintendência Bancária e a Controladoria Geral da República são o resultado de suas recomendações, aplicadas anteriormente em outros países da América Latina (SARMIENTO PAVAS, 2014, p. 79, tradução nossa).

Poucas foram as vozes que se levantaram contra tal assessoria alertando, por exemplo, para fatos como o da contratação de um norte-americano para integrar o Banco Central serviria para “ajudar os banqueiros norte-americanos” a “tornar o Chile economicamente dependente dos Estados Unidos da América, uma semicolônia disputada pelos ingleses e ianques imperializados” (DRAKE, 2004, tradução nossa).

A argúcia de Kemmerer, principal nome da missão, é destacada por Drake (2004, p. 45) quando relata que ele, impressionado com a força do sindicato chileno, tratou de entabular negociações com suas lideranças, atendendo às suas demandas e, inclusive, nomeando para integrar a diretoria do Banco Central um trabalhador, embora na Colômbia, “menos urbanizada e politizada” os tivesse deixado de fora: “Muitos dos líderes trabalhistas viram sua inclusão como evidência adicional e que Kemmerer

e seu programa de nacionalização atendiam aos interesses das classes trabalhadoras” (DRAKE, 2004, p. 45, tradução nossa).

Portanto, é sob a égide da subsunção do governo civil aos militares que ocorre a incorporação de trabalhadores na partilha do poder do Estado, em que pese a vigência, naquele momento, de um sindicalismo combativo e de partidos de orientação revolucionária, como o Partido Socialista Chileno (PSC) e o Partido Comunista (PC). Portanto, lado a lado com os militares e a missão norte-americana.

Tal perspectiva assumida pelas lideranças dos trabalhadores era corroborada pelo fato de que as medidas sociais incentivadas pela assessoria norte-americana estavam sendo efetivadas à revelia dos interesses dos conservadores latifundiários e detentores do poder econômico. Estes expressaram em vão seus temores ante tal inserção trabalhista, mas foram refutados por Kemmerer que saiu em defesa dos trabalhadores.

De fato, observa-se que o crescimento das organizações sindicais e as políticas de inserção destes nas hostes estatais permitem a aplicação de políticas das massas populares e investimentos em infraestrutura, possibilitados pela crescente industrialização e a continuidade do acesso ao crédito, também incentivado pela assessoria norte-americana, que visava consolidar as bases da expansão capitalista dependente no país, que necessitava de um exército de mão de obra controlado e de mercado consumidor, tudo isso sem a ameaça de insurreições sociais que colocassem tal processo em risco.

Tomando-se como exemplo os serviços educacionais, esfera a que se refere Amanda

Labarca, educadora e feminista, no início do século XX, o Estado fixa em lei um Fundo de Subvenção (1920) às escolas. Em 1929 atrela a este fundo, por decreto, a exigência de que deveria haver uma escola em cada comunidade e mais, que estas deveriam estar sediadas em propriedades rurais, definidas pela facilidade de acesso da população. Seus proprietários e os donos de empresas industriais eram obrigados a estabelecer tais escolas, assim como estavam “Igualmente obrigado a conservar, ampliar e melhorar os prédios escolares cuja construção haviam financiado” (LABARCA apud VIEIRA, 1937, p. 293; SANTA CRUZ, 2007).

Labarca expressa seu entusiasmo por tais perspectivas através de seu relato sobre os avanços para a inserção social da promulgação de leis como a de “Instrução primária obrigatória, que aumentou a matrícula em quase 80.000 crianças em um único ano. Entre 1925 e 28, os professores tiveram o poder de pressionar os pais e monitorar as matrículas e a participação, usando a polícia” (LABARCA apud VIEIRA, 2016, p. 179). Paralelamente, a formação dos professores em nível universitário passa a ocorrer fora do Chile, com incentivo do governo para que professores se aperfeiçoassem no estrangeiro e, ainda conforme essa autora, “em 1927 se enviou para os EUA, Suíça e Alemanha por três anos” (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 170). Mas, alerta a autora argutamente, tais políticas públicas inclusivas não expressavam a vigência da democracia.

De fato, conforme a historiografia chilena aponta, na segunda metade da década de 1920, o “Chile experimentou uma sensação de prosperidade econômica, estimulada por uma forte expansão dos gastos públicos pelo governo de

Carlos Ibañez del Campo (1927-1931) e com o objetivo de modernizar a infraestrutura produtiva do país”, o que foi proporcionado pela entrada massiva de capitais advindos, em especial dos Estados Unidos. Sem dúvida, “esse auge teve origem em um alto endividamento externo, produto dos créditos em dólares provenientes de Nova York, que se impunha como a nova capital financeira do mundo” (EL IMPACTO..., 2008).

Embora a historiografia enfatize as medidas políticas adotadas pelos governos que se sucediam naqueles idos da década de 1920, observa-se que o enfrentamento da maior crise pela qual passava o país, ou seja, o problema da depreciação monetária, foi encabeçado pela Missão que aí concentrou seus esforços. As informações constantes no site oficial do Banco Central chileno, ainda hoje, reconhecem a importância dessa missão na estabilização monetária daquele país nos anos de 1920. Segundo informam, o enfrentamento de tal questão e a organização burocrática do banco, assim como o estabelecimento das metas que foram fixadas pela *Ley Orgánica* de 1925, foram de iniciativa dos integrantes da Missão. Tal lei fixou os objetivos e as principais funções do Banco, estabelecendo como metas

a moeda e a regulamentação da taxa de juros, o monopólio da emissão de papel-moeda, o portador e os conversíveis em demanda; a taxa de câmbio e o regime monetário, o padrão qualificado de troca de ouro (taxa de câmbio fixa para ouro qualificado: Lei Monetária), definia que caberia ao Banco Central regular a quantidade de ouro e operações de crédito interno sem contrapartida direta nas reservas. Renda: 50%. • Taxas de desconto e redesconto. Regra de taxa

máxima padrão. • Operações de câmbio e outras funções. Garanta conversibilidade em ouro ou letras. • Autonomia legal: estrutura de capital e composição do Conselho de Administração. Ações A, B, C e D: Estado, nacionais, acionistas estrangeiros, público em geral. • Supervigilância e transparência. Submetido à Superintendência de Bancos. Administração. Presidente e Vice-Presidente eleitos pelo Conselho e elegíveis novamente (MARCEL, 2017, p. 16, tradução nossa).

Metas como a do padrão ouro pelo Banco Central e conferindo à administração pública financeira uma tal estabilidade que atraiu inversões estrangeiras diretas, que contribuíram para a estabilização monetária e, conseqüentemente, política e social. Para tanto, contou com o total apoio da Junta Militar que, em 1924, “notifica o Governo de que qualquer medida recomendada pela Missão Kemmerer deve ser aceita sem emendas”, o que levou à renúncia imediata de Alessandri, assumindo Emiliano Figueroa Larraín (1925-1927), seguido de Carlos Ibañez del Campo que “governou com altos empréstimos externos e prosperidade até a Grande Depressão em 1931” (MARCEL, 2017, p. 12-13).

A economia chilena se voltou totalmente para os mercados internacionais. A proporção da soma das importações mais as exportações em relação ao PIB, que passou de 43,7% em 1923 para 47,28% em 1925, deu um salto radical em 1926 quando atingiu 59,99% e depois estabilizou em torno de 50% nos quatro anos seguintes [...]. A dependência da economia chilena nos altos e baixos da economia internacional se aprofundou durante

esses anos. Os produtos primários continuaram sendo a principal fonte de recursos. A participação das exportações de mineração como porcentagem do total permaneceu muito alta. O cobre e o salitre continuaram sendo os principais produtos de exportação para o Chile, embora o salitre estivesse perdendo destaque nos mercados internacionais devido ao surgimento de substitutos sintéticos [...]. As exportações cresceram quase 38% no período 1925-1929 [...]. No caso das importações, apesar do comportamento ser mais instável, a taxa de crescimento no mesmo período foi de 32% (DUARTE RIVERA, p. 9, 2019, tradução nossa).

Apesar desse salto na área social, no caso da educação, objeto de análise de Labarca, essa se mantivera sob a égide da diferença de classes e, no limiar da década de 1930, já não vigorava no país nenhum sentimento genuíno de democracia, ou de igualdade social, pelo contrário, a desigualdade havia aumentado, apesar da inserção social.

A classe média, desenvolvida desde a Guerra do Pacífico, e cuja influência como entidade político-social aumentou nas últimas décadas, mostrou até recentemente uma inclinação decididamente aristocrática. Ele resistiu ao envio de seus filhos para a escola fiscal e procurou as escolas secundárias para os meninos e as meninas, o prestígio social e dedicado das escolas das freiras (LABARCA 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 173-174).

Ou seja, embora o desenvolvimento econômico estivesse em um ciclo virtuoso, em 1930, a quebra da bolsa de Nova York abala estruturalmente o país que:

[...] em meio às queixas vociferantes de agricultores, industriais e comerciantes, as reservas de bancos comerciais, depósitos e empréstimos contraídos de 1929 a meados de 1931 [...]. Muito mais do que os grandes capitalistas, os trabalhadores sofriam da depressão, especialmente nos centros de mineração e nas cidades. [...] Reduzidos primeiro pela ação política e depois pelo colapso econômico, os sindicatos desmoronaram (DRAKE, 2004, p. 54).

Em que pesem tais medidas socializantes, a participação dos trabalhadores na gestão do poder público e a manutenção do Estado Docente, em 1930 a quebra da Bolsa de Valores de Nova York abala o país de forma estrutural, assim como abalará outros países latino-americanos inseridos na mesma lógica, evidenciando-se a dependência estrutural ao capital norte-americano e internacional. Os analistas chegam a uma conclusão sobre o impacto de tal crise nos países que haviam adotado o sistema Kemmerer, semelhante à que aponta Almeida para o caso do Equador

A “receita” para combater a inflação desencadeou uma crise deflacionária nos anos trinta, a administração do Banco Central ajudou a incubar a deflação internacional no país. Um remédio universal “padronizado”, adotado sem hesitação e a longo prazo, causou um mal pior que a doença (ALMEIDA, 1994, p. 140, tradução nossa).

No contexto de crise que assola a América Latina após a quebra da Bolsa em 1929, em 1931 o Chile, que vivia sob o governo do presidente eleito Juan Esteban Montero (1931-1932), enfrenta uma rebelião popular cívico-militar que derruba o governo e proclama “a república socialista

do Chile”, dissolvendo o Congresso Nacional e exigindo a devolução dos recursos confiscados da Caixa de Crédito.

Acirramento das contradições de classe durante a crise de 1929

A crise de 1929, que tem início nos EUA, logo se espalha pelo mundo, atingindo os outros países de capitalismo central e, também, os periféricos, o que abre espaço para o aumento das atividades revolucionárias que acontecem em vários países do mundo e se alinhando às mais diversas ideologias. Na América Latina, em geral, a crise de 1929 deu o impulso que colocou fim aos governos oligárquicos. No Brasil, por exemplo, a Revolução de 1930 dava início ao período de domínio de Vargas, que vai até 1943. No Chile, como vimos, se instalou uma curta experiência socialista. Um dos líderes dessa tentativa de instauração de um governo socialista no Chile, o médico Jorge Grove Vallejo (1933, p. 10, tradução nossa), assim relata a situação:

Eles viviam sob o regime da República de O'Higgim. Os privilégios e interesses criados ao seu redor haviam se multiplicado de tal maneira que apenas uma classe social podia reivindicar o comando supremo. Nenhuma das classes assalariadas poderia alcançar a moeda [...]. Uma mudança de regime tornou-se imperativa, o ambiente fluiu de sua necessidade. A República dos Trabalhadores teve que ser fundada, a justiça social e o respeito a todos os direitos foram impostos.

A capacidade de mobilização da população chilena se manifestou novamente nestes tempos de crise, emergindo movimentos de ajuda mútua. Na área educacional, sociedades de pais e mestres intervêm nas escolas, fornecendo vestuário, merenda, assistência médica e dental. Labarca registra tal solidariedade, mas, para ela, isso não extirparia as causas da desqualificação do ensino que ela reputava serem de responsabilidade dos próprios desvalidos:

[...] Salários baixos, demissão das massas populares, ignorância, alcoolismo, instabilidade civil e moral da família, número crescente de filhos ilegítimos ou abandonados pelo pai e cujas mães mal são suficientes com seus próprios esforços, para sustentá-los na vida e na Saúde (LABARCA 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 175, tradução nossa).

Os trabalhadores, embora em mobilização crescente, são premidos pela situação de pauperização e, incapazes de organizar coligações suficientes para interferir no governo, seus dirigentes socialistas se submetem às forças armadas, lideradas pelo general Bartolomé Blanche, que chama novas eleições presidenciais.

Arturo Alessandri é novamente eleito, iniciando um segundo governo (1932 a 1938) que, aparentemente se apoia tanto “nos radicais e democratas, como nos conservadores e liberais que aceitaram sua proposta de governo de unidade nacional” (HOEHN, 2012, p. 183, tradução nossa). No entanto, em meio à crise econômica (a dívida pública alcançava a ordem de \$ 4.000.000.000) e à mais completa desordem social, é incentivado o crescimento das milícias republicanas (1932),

criadas em 1932 para defender a República de qualquer intento de tirania.

Tais milícias, controladas por partidos de direita, contavam com um efetivo de 50 mil homens em 1933, recebendo subvenção do fundo *Lo Herrea de Nos*⁴ e “tinha armas e aviões, era uma força palamilar, pode ser comparada aos *Civic Lairs* criados por Diego Portales no século 19, o objetivo desse organismo era muito semelhante às milícias republicanas” (GONZÁLEZ, 2002, p. 1), que era o de defender o sistema republicano com as armas e que atuavam com o respaldo da “Lei de Segurança Interna do Estado” (1937) (GONZÁLEZ, 2002). Tal aparato paramilitar somou forças ao recém-fundado Partido Nazi Chileno e com a Falange Nacional. O impacto de tal violência sobre a sociedade chilena é assim descrito por Labarca, expressando seu liberalismo:

A crise econômica de 1931-1933 veio a agravar esse período experimental. A educação tributária chilena saiu de ambas com cicatrizes que os anos apagaram. As linhas de sua ascensão e progresso foram quebradas em 1928 e um período em declínio começou. A confusão social, o desemprego dos anos pobres, a desordem na disciplina doméstica, a falta de ideais da juventude foram atribuídos à dívida própria, sem entender que a educação é o trabalho e o reflexo da sociedade que a sustenta (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 265, tradução nossa).

4 Referência à subvenção advinda do Senador Don Eliodoro Yafiez que, em 1923 possuía uma das maiores fazendas do departamento de La Victoria (Nos), região perto de Santiago e sua abundante produção se mantém por mais de 50 anos, quando então começa a mecanizar-se, incorporando força motriz e ampliando sua capacidade de exportação (BENGOA, 1990).

Com poderes bonapartistas, Alessandri decretou a Lei de Segurança Interior do Estado, “que controlava e proibia assembleias e manifestações políticas e até suspendeu o Congresso Nacional” (HOEH, 2012, p. 183, tradução nossa).

As medidas repressivas do governo aumentaram, tanto em quantidade quanto em tenacidade. Assim, por exemplo, no ano de 1934, em Ranquil, uma área camponesa de Alto Biobío, membros dos Carabineros foram chamados para reprimir uma revolta local limitada de camponeses e trabalhadores, os quais enfrentaram sendo mortas centenas deles, prendendo outros 500 para processá-los em Temuco. No entanto, apenas 23 detidos chegaram ao seu destino, 477 deles foram baleados na “jornada” (HOEHN, 2012, p. 185, tradução nossa).

No entanto, nem toda a repressão impediu que os trabalhadores reagissem e, em meio à crise governamental que se instaura no governo, em 1936, em um Congresso denominado da Unidade Sindical, fundam a *Confederación de Trabajadores de Chile* (CTCH). O marco no fortalecimento dessa confederação foi reunir as diferentes organizações dos trabalhadores que foram surgindo no limiar do século XX. Assim, contou com a *Federación Obrera de Chile* que, foi fundada em 1919, e que, em 1934, se reorganizaria após a repressão de Carlos Ibáñez del Campo e a grande crise, com a *Confederação Geral dos Trabalhadores* (CGT, criada em 1931), de tendência anarco-sindicalista e com a *Confederación Nacional de Sindicatos* (CSS) composta pelos “sindicatos legais”

A tendência de usar a legalidade para promover o sindicalismo crescia. “Em

1932, havia 421 uniões legais com 54.801 membros; em 1936 já havia 670 com 84.699 membros.” Após 7 ou 8 anos de existência do CTCH, 19 em 1942, havia 1.593 sindicatos que agrupavam 194.049 trabalhadores (GARCES; MILOS, 1988 apud SAMANIEGO MESÍAS, 2016, p. 27, tradução nossa).

Esse agrupamento organiza, em contraposição às Milícias Republicanas, as Milícias Socialistas, vinculadas ao partido socialista, que tinha entre suas fileiras Salvador Allende⁵ (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 172).

A CTCH se integra a outros segmentos da sociedade civil chilena, formando a Frente Popular, que contava com apoio do Partido Comunista Chileno, e que elegeu o radical Pedro Aguirre Cerda nas eleições presidenciais de 1938, expressando a rearticulação dos diferentes segmentos sociais e a incorporação da sociedade civil em defesa da liberdade pública. Expressando a tendência de que das divisões partidárias a associações, como a de professores, por exemplo, não podiam agir diferente.

Assim é que em 1932, a *Asociación General de Profesores* dividiu-se, surgindo, de um lado, a Federação de tendências comunistas, de outro a Associação anarco-sindicalista e uma Confederação que se colocava apolítica. Estes vão se unificar novamente em 1935, constituindo-se a União dos Professores do Chile, que atuava

5 Allende foi eleito presidente em 1970 pela Unidade Popular e tinha como objetivo a construção de uma via chilena ao socialismo. A experiência foi abortada em 1973 em virtude do golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet em 1973.

também em outra mobilização, na Frente Econômica dos trabalhadores, por melhores salários. Mas, *pari passu* a tal mobilização, o governo passou a se aproximar mais dos segmentos conservadores e a fortalecer as forças repressivas.

importantes posições ministeriais foram concedidas a políticos de direita [...]. Da mesma forma, o governo contou com o apoio dos grupos paramilitares de extrema direita, as Milícias Republicanas, com o objetivo de alcançar um objetivo fundamental: “A restauração da ordem e a segurança interna”. O início da década de 1930 foi caracterizado por uma enorme polarização e frequentes confrontos entre grupos de esquerda e extrema direita, como as “tropas de assalto nazistas” (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 172).

Os trabalhadores integram o governo até 1940, quando as divisões internas na Frente Popular, as quais refletiam as contradições socioeconômicas daquele país, permitiram que Gabriel González Videla (1946 a 1952), um candidato apoiado pela direita, assumisse o poder. Uma vez no governo, Videla promulga a *Ley de Defensa de la Democracia*, alcunhada pelos trabalhadores de “Lei Maldita”, que, apoiada na disseminação do medo ao comunismo, adentra à lógica da Guerra Fria (EL MOVIMIENTO..., 2008).

A política do medo, conforme Burgos Pinto (2014), é iniciada após a tentativa da esquerda de instaurar a denominada República Socialista mediante um golpe de estado em 1932 e, embora tenham decidido participar do processo de restabelecimento institucional do governo, via eleições, o receio de sua inserção na política,

à semelhança do que acontecera nos tempos de Kemmerer, assombra novamente os segmentos de direita que, recebendo apoio do partido de centro, dão a tônica de um novo momento na história chilena. Mas, em que pesem toda essa dinâmica, a configuração do “coração do Estado” não se altera, conforme vaticinara o norte-americano no início de sua missão àquele país.

Considerações finais

Como buscamos demonstrar, a constituição do Estado na América Latina, após as independências no século XIX, em particular no Chile, expressa a forma periférica do desenvolvimento do capitalismo na região, uma vez que os parâmetros legais que regulam a vida social em diversos países do continente foram instituídos sem relação direta com as demandas sociais locais, sendo que a participação das classes trabalhadoras na formulação de políticas públicas foram lidas pelas elites como uma ameaça à própria existência do capitalismo.

O caso da Missão Kemmerer é ilustrativo, uma vez que os EUA se colocaram como fiadores das políticas econômicas dos países latino-americanos, tratando de criar um arcabouço jurídico e normativo, que se coadunava aos interesses econômicos dos EUA e do capital internacional.

De um lado, o Estado, controlado pelas elites (oligarquias) vinculadas ao capital estrangeiro, tratou de reprimir os movimentos sociais organizados e, de outro, essas mesmas elites utilizavam o poder

político para, em nome do liberalismo, conseguir atender aos seus interesses imediatos em detrimento dos interesses coletivos. Ou seja, na América Latina, o Estado se manifesta como um demiurgo soberano no que tange à correlação de forças internas enquanto é submisso aos interesses dos países capitalistas centrais.

Os EUA, por sua vez, desde a década de 1830, se coloca como potência imperialista na América, entendendo a América Latina como sua área “natural de influência”. A Doutrina Monroe, que tinha como principal lema “A América para os americanos”, tinha como objetivo se contrapor aos interesses das antigas metrópoles no continente, ou seja, era uma forma de consolidar sua hegemonia na região. Assim, desde o início do processo emancipacionista na América, os EUA adotam a mesma política externa, não importando qual partido político ocupe a presidência no país. Em outras palavras, a política externa estadunidense é movida pela defesa de seus interesses internos, mesmo que para isso seja necessário apoiar ditaduras ou até mesmo auxiliar na estruturação dos Estados na América Latina (SCHULTZ, 2000).

É essa a trilha que a política externa dos EUA segue em relação à América Latina, se colocando como defensores e promotores da civilização e do progresso em um continente marcado por disputas territoriais e revoluções. É ainda no século XIX que as políticas da Doutrina Monroe, que incentivaram os processos emancipatórios latino-americanos entram em contradição com a própria formação dos Estados Nacionais no continente. Em meio a disputas entre as elites oligárquicas, entre setores populares e nativos, em

meio a discussão acerca de reformas como a agrária e a urbana, a autonomia nacional dos países latino-americanos passa a ser entendida como uma ameaça pelos EUA, já que interesses e propriedades de empresas e cidadãos estadunidenses estavam em risco de serem estatizados (SALGADO, 2019, p. 79).

A chegada da *Missão Kemmerer* teve como objetivo auxiliar na resolução das crises financeiras e na estruturação do Estado de diversos países da América Latina. Durante as décadas de 1920-1930, mesmo que cada país possuísse suas particularidades, de forma geral, o continente passou por intensas transformações econômicas, sociais e políticas, em particular em função da industrialização, da chegada de imigrantes, do avanço de partidos e sindicatos de esquerda. Como forma de organizar e possibilitar a reprodução capitalista, a *missão* buscou construir um aparato legal, administrativo e de articulação com os trabalhadores organizados em sindicatos, que desse segurança aos investimentos estrangeiros naquele país (e nos outros em que esteve), apesar dos contínuos golpes de Estado e da instabilidade política que os configurava.

Sob a égide de regulamentos, as massivas inversões estrangeiras no Chile possibilitaram um período de “bonança” à população chilena, em que pese a inflação e o crescente endividamento. Quando a crise de 1929 explode no crack da Bolsa de New York, o Chile será um dos países mais afetados, reacendendo as tensões classistas e o temor das burguesias que se apoiam no espectro do comunismo para desencadear violenta repressão e reordenar a excelência socioeconômica. Naquele país, a breve experiência socialista entre 1931

e 1932 é exemplo das tensões decorrentes dessa crise capitalista e do avanço, de um lado, dos regimes totalitários nazifascistas, e de o outro, do avanço dos comunistas sob a influência da Revolução Russa de 1917.

O período, marcado por grande tensão social, leva parcelas da burguesia a se alinhar e a engendrar golpes que, sob a égide de militares, instauram ditaduras que promovem as mudanças necessárias à nova dinâmica do capitalismo “pelo alto”, pois, subordinada à dinâmica externa do capital, não têm interesse e nem condições de impulsionar internamente a ruptura com os países imperialistas e levar a cabo a constituição de um capitalismo autônomo. Nessas condições, o “coração do Estado” chileno, conforme implantado pela Missão Kemmerer, não sofrerá mudanças radicais até os tempos do governo de Salvador Allende (1970 a 1973). ■

[VERA LUCIA VIEIRA]

Doutora em História pela PUC-SP (1998).

Atualmente é professora assistente da PUC-SP, Coordenadora do Cehal/PUC-SP.

E-mail: vevivevi.vieira@gmail.com

[TIAGO SANTOS SALGADO]

Doutor e mestre em História pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

e graduado em História pela Universidade

Estadual Paulista (Unesp). Centro de Estudos de

História da América Latina (Cehal/PUC-SP).

E-mail: tiago_salgado1986@hotmail.com

Referências

ALMEIDA, Rebeca. **Kemmerer en el Ecuador**. Quito: Flacso, 1994. (Série Tesis: Historia). Disponível em: <https://bit.ly/3dR8QdX>. Acesso em: 14 maio 2020.

ALMONACID AGUILA, Claudio. **El empresariado chileno como actor educativo**. 1997. Tese (Doutorado em Ciencias de la Educación) – Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, 1997.

ARBIOL QUEZADA, Miquel Angel. **Chile 1810-1830**. Chile: Ariadna, 2010.

BENGOA, Jose. **Haciendas y campesinos**. Santiago: Ediciones Sur, 1990. (Coleção Estudios Históricos. Série Historia social de la agricultura chilena, t. 2).

BURGOS PINTO, Raul. Aproximaciones a la construcción del anticomunismo en la derecha política conservadora en Chile, 1941-1948. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 258-276, 2014.

DONOSO, Ricardo. **Recopilación de la Ley, Reglamentos y Decretos relativos a los servicios de la enseñanza publica**. Santiago: Imprensa Oficial del Estado, 1937.

DRAKE, Paul W. La misión Kemmerer a Chile: consejeros norteamericanos, estabilización y endeudamiento, 1925-1932. **Revista de Estudios Históricos**, Santiago, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2T62fnK>. Acesso em: 14 maio 2020.

DUARTE RIVERA, Cesar Francisco. El patrón oro y la Gran Depresión en Chile: 1925-1935. **América Latina en la Historia Económica**, México, DF, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2019. DOI 10.18232/alhe.915.

EL IMPACTO de la Gran Depresión en Chile (1929-1932). **Memoria Chilena**, [s. l.], 8 jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3byYCgH>. Acesso em: 14 maio 2020.

EL MOVIMIENTO obrero (1909-1953). **Memoria Chilena**, [s. l.], 8 jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3dJcy97>. Acesso em: 14 maio 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONZÁLEZ, Luiz. Historia de Chile. Hitos importantes. 1936-1990. **Centro de Estudios Miguel Enríquez**, [s. l.], p. 1-39, 1 fev. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2WP1NeA>. Acesso em: 14 maio 2020.

GROVE VALLEJO, Jorge. **Descorriendo el velo**: episodio de los 12 días de la República Socialista. Valparaíso: [s. n.], 1933. Disponível em: <https://bit.ly/3dMD6qg>. Acesso em: 14 maio 2020.

HOEHN, Marek. Gran Depresión, inestabilidad política y legados ibañistas: el desafío de la restauración del orden institucional en el segundo período presidencial de Arturo Alessandri Palma. In: RIVERA, Filipe; VÁSQUEZ, David. **Alessandri y su época**: vida, política y sociedad. Santiago: Biblioteca del Congreso Nacional, 2012. p. 169-189.

KRAWCZYK, Nora; VIEIRA, Vera Lúcia. **Uma perspectiva histórico-sociológica da Reforma Educacional na América Latina**: Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990. Brasília, DF: Liber Livro, 2013.

MARCEL, Mário. **El Banco Central y la Misión Kemmerer**: origen, impacto, y legado: 92 años de Institucionalidad Económica en Chile. Santiago: Banco Central de Chile, 25 out. 2017. Apresentação para Power Point. Disponível em: <https://bit.ly/2xZ4qll>. Acesso em: 14 maio 2020.

MERENDI, Izaura. **Justificando intervenções**: a política externa norte-americana e a América Latina. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SADER, Eder. **Um rumor de botas**: ensaios sobre a militarização do estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982. v. 11.

SALGADO, Tiago Santos. **Em nome da democracia**: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SAMANIEGO MESÍAS, Augusto. **Unidad sindical desde la base La Central Única de Trabajadores**: Chile 1953-1973. Santiago: Ariadna, 2016.

SARMIENTO PAVAS, Daniel. La misión Kemmerer y el control estatal. **Apuntes Contables**, Bogotá, n. 12, p. 70-90, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2T5ibqq>. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

VIEIRA, Vera Lucia. As contradições da sociedade chilena sob o olhar da feminista Amanda Labarba (fins do século XIX e início do XX). In: AVELINO, Yvone Dias; MONTEIRO, Arlete Assumpção; FLÓRIO, Flávio (ed.). **Tecituras das Cidades**: história, memória e educação. São Paulo: Paco, 2016. p. 167-189.